NAIARA VILARDI SOARES BARBÉRIO

**TEORIA DO GARANTISMO PENAL: UM SISTEMA JUSTIFICADOR
DA PULSÃO PUNITIVA**

ORIENTADOR:

PROF. DOUTOR ROBERTO AUGUSTO DE CARVALHO CAMPOS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

SÃO PAULO

2017

NAIARA VILARDI SOARES BARBÉRIO

**TEORIA DO GARANTISMO PENAL: UM SISTEMA JUSTIFICADOR
DA PULSÃO PUNITIVA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Penal, Criminologia e Medicina Forense, sob a orientação do Professor Roberto Augusto de Carvalho Campos.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

São Paulo

2017

NAIARA VILARDI SOARES BARBÉRIO

**TEORIA DO GARANTISMO PENAL: UM SISTEMA JUSTIFICADOR
DA PULSÃO PUNITIVA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Penal, Criminologia e Medicina Forense, sob a orientação do Professor Roberto Augusto de Carvalho Campos.

Aprovada em: _____

Banca examinadora:

Prof.: _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.: _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.: _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Não poderia começar os agradecimentos sem mencionar meu orientador, Roberto Augusto de Carvalho Campos, porque sem a confiança dele, esse trabalho não teria sido possível. Agradeço, igualmente, ao Prof. Sergio Salomão Shecaira, eterno orientador, pelo estímulo constante nos caminhos da academia, pelos ensinamentos de criminologia e de vida. Além disso, junto com a prof.^a Maíra Rocha Machado, agradeço pelas contribuições essenciais na Banca de Qualificação.

Aos amigos Nina Cappello, Rafael de Oliveira Teixeira, Pedro Saloman Mouallem, Patrick Lemos Cacicedo, Rafaella Mendonça Brito, Ana Lia Angeli, Sofia Kilmar Maria Fernanda Monteiro, Livia Ficker, Danilo Chinaglia, Rafael Vicente Chagas, Isabella Zampieri Paixão, Brenda Borges Dias, Thiago Brentini, André Pegas, Elouise Bueno Ariede, Claudia Patricia da Rocha Cararreto, João Chaves. Aos tios Tió, Elzinha e Nena.

À Dona Therezinha, que fez e faz tudo valer a pena, a quem devo o que sou e que me recebe toda vez como se não me visse há três anos. Aos meus pais, que com esforços (des)humanos fizeram com que eu pudesse ter não só uma educação de qualidade, mas confiaram em mim e me ampararam sempre. Ao meu irmão, pela amizade incondicional, pelas conversas, pelo exemplo de dedicação, pela disciplina, por ser mestre quando achei que eu tinha algo a ensinar.

Ao Luciano, pelo incentivo incansável, pela cobrança, pela parceria e por todos os chocolates, pizzas e vinhos que regaram esse estudo.

Ao Tcamp, ao Costelão e à Heineken, fiéis companheiros nas horas de estudo.

RESUMO

O presente estudo analisa criticamente a teoria do garantismo penal, a partir da formulação de Luigi Ferrajoli, com o propósito de destacar as respostas satisfatórias e as incapacidades que possui para tutelar direitos fundamentais. Para tal, esse trabalho inicia-se com a análise da crise de legitimidade do sistema Penal e com a apresentação de teorias que defendem a legitimidade do poder de punir e a manutenção do atual modelo. A seguir, com a inserção do garantismo penal no pensamento criminológico e com a descrição de seus axiomas penais e processuais, são trazidos os elementos que compõe o *dever ser* garantista. Diante de tal aporte teórico, são investigadas se suas características possuem condições de solucionar ou ao menos amenizar a crise de legitimidade do sistema penal. Para ampla compreensão do garantismo e para exposição do debate em torno da (i)legitimidade do sistema penal, são apresentadas, ao fim, as teorias que partem de um fundamento diverso da pena e que, por isso, consideradas deslegitimadoras da pena.

Palavras-chave: teoria da pena – garantismo penal – legitimidade do sistema penal – fundamento contratualista – criminologia crítica.

ABSTRACT

The present study critically analyzes the theory of penal guarantee according to the formulation proposed by Luigi Ferrajoli, aiming to highlight the satisfactory answers and the incapacities that it has to protect fundamental rights. To do so, this work begins with the analysis of the crisis of legitimacy of the criminal system and the presentation of theories that defend the legitimacy of the power to punish and the maintenance of the current model. Next, with the insertion of the penal guarantee in the criminological thinking and with the description of its criminal and procedural axioms, the elements that compose the guarantism ought are brought in. Faced with such a theoretical contribution, the work investigates whether the characteristics of the theory can solve or at least alleviating the crisis of legitimacy of the penal system. For a broad understanding of the penal guarantee and for exposition of the debate around the (i)legitimacy of the penal system, the theories that depart from a different foundation of the penalty and, therefore, considered as delegitimizing penalties are presented at the end.

Key words: Penalty theory - criminal guaranty - legitimacy of the penal system - contractualist foundation - critical criminology.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	8
2. A crise das narrativas da pena	13
2.1 Teorias legitimadoras da pena	17
2.1.1 Teorias absolutas da pena	17
2.1.2 Teorias relativas.....	21
2.1.3 Teorias ecléticas	32
3. O <i>Dever Ser</i> Penal	34
3.1 Inserção do garantismo penal no pensamento criminológico.....	34
3.2 As bases para formulação Garantista.....	37
3.2.1 Axiomas Garantistas para o Direito Penal.....	48
3.2.2 Axiomas Garantistas para o Direito Processual Penal.....	53
3.3 Construção da teoria geral do garantismo	57
4. O <i>Ser</i> Penal.....	61
4.1 Pulsão Punitivo.....	62
4.2 Cultura do medo, mídia e segurança no contratualismo.....	68
4.3 Inversão ideológica do discurso garantista.....	75
5. A Deslegitimação penal.....	82
5.1 Garantismo: um sistema legitimador da pulsão punitiva (coloco isso depois da inversão ou deixo nesse capítulo?).....	83
5.1.1 Garantismo inábil para reduzir violências	91
5.2 Teorias deslegitimadoras	93
5.2.1 Teorias marxistas.....	94
5.2.2 Teoria agnóstica.....	97
5.2.3 Abolicionismos.....	98
6. Conclusão	105
7. Bibliografia.....	109

1. INTRODUÇÃO

A rebelião que deixou 56 presos mortos no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), em Manaus, é uma das maiores matanças ocorridas em presídios brasileiros desde o massacre do Carandiru, em 1992. No total, 111 detentos foram mortos na Casa de Detenção, na Zona Norte de São Paulo (G1, 2017).

O século XX, como sabemos, não é exemplo de humanismo, começamos com genocídios e concluímos com eles. Porém hoje, no século XXI, o genocídio tem outra forma e não se oculta, ele é chamado de gotejamento ou a conta gotas. As mortes violentas contemporâneas em diferentes países da nossa América, atualmente, sequer provocam o mesmo estupor do século passado. Os negros, os mulatos e os mestiços morrem dia a dia no Brasil, no México e nos EUA como se fossem formigas e parecem ser de uma espécie diferente da humana. Mais de 50.000 no último ano, a título de exemplo, na República da ordem e progresso. Apesar disso, nestes países, a partir de movimentos populares e sociais, ante o vergonhoso silêncio da política, se denunciam um racismo institucionalizado e um genocídio do povo negro, mestiço ou indígena (CODINO, 2016).

Um sistema concebido como a totalidade de instituições que operacionalizam o controle penal, de leis, de teorias e de categorias cognitivas que “programam e legitimam, ideologicamente, a sua atuação, e seus vínculos com a mecânica de controle social global, (mídia, escola, Universidade), na construção e na reprodução da cultura e do senso comum punitivo que se enraíza, muito fortalecidamente, dentro de cada um de nós, na forma de microssistemas penais” (ANDRADE, 2006, p. 469). Falar de sistema penal é – sem exageros – falar de fracassos e dos limites da dor.

Michel Foucault denunciou que as punições são um constante elemento de regulação social e que sofrem modificações ou reformas tão somente para perpetuá-la, a despeito de seus fracassos:

O direito de punir se deslocou da vingança do soberano à defesa da sociedade. Mas ele encontra então recomposto com elementos tão fortes, que se torna quase temível. O malfeitor foi arrancado a uma ameaça, por natureza excessiva, mas é exposto a uma pena que não se vê o que pudesse limitar. Volta terrível de um terrível superpoder. (FOUCAULT, 2011, p. 87).

Concomitante à expressão desse poder, não é novidade que o país passa por mais um de revigoramento de discursos e práticas punitivistas. Construções como “Lei e Ordem” ou “Tolerância Zero” compõem as ciências e as práticas criminais há décadas. O que, possivelmente, tenha mudado é a evidente necessidade de se repensar como modelos teóricos defendidos até hoje permitiram que o sistema punitivo alcançasse a situação de desvirtuamento – para não dizer de completa inversão – em relação às garantias mais fundamentais (ÁVILA, 2016, p. 558).

Inicialmente, o presente estudo tinha como objetivo a investigação do posicionamento de operadores do direito penal em relação às consequências práticas das decisões proferidas, porque a realidade do sistema carcerário e a letalidade da juventude nas periferias das cidades brasileiras tornou tão escancarada as mazelas que o sistema penal reproduz que buscou-se estudar qual a responsabilidade e qual a percepção de responsabilidade que esses operadores possuem. Contudo, logo nos primeiros momentos de pesquisa tornou-se claro que conceitos basilares da criminologia, quando não da própria dogmática penal, eram muito confundidos ou estrategicamente amoldados a discursos bastante diversos. Assim, vislumbrou-se que o discurso do garantismo penal era usado tanto pelos que batalhavam pela diminuição do sistema penal, quanto pelos profissionais que defendiam o aumento das penas. Compreender, assim, quais os fundamentos dessa teoria se tornou um passo prévio e necessário para a compreensão de quais aportes axiológicos estão nesse modelo tão comentado.

A análise do sistema penal parte de dois pressupostos empíricos: o primeiro relacionado à impossibilidade de contenção do poder punitivo nos moldes atuais, o que pode ser comprovado pelo enorme e crescente número de pessoas encarceradas; o segundo releva que o sistema penal está estruturalmente construído de forma seletiva, ou seja, atua majoritariamente sobre determinado estereótipo, integrado por pessoas de mesma classe social, cor de pele e faixa etária, não por uma má aplicação da lei, mas com o suporte legal.

Após um longo processo de revelação de dados reais, o sistema penal passou a ser questionado por não atender, ainda que superficialmente, a finalidade que diz buscar. Somados a esses dados, os discursos criminais se afastaram cada vez mais da filosofia, que servia de base para clarear questões inerentes à legitimidade de aplicação da pena e se concentraram em temas de defesa social ou pautaram-se pela opinião pública para construir teorias justificadoras racionais (MENDES; SANTOS, 2015, p. 210). Os debates em torno de quais os fundamentos e finalidades da pena cresceram com o descontrole do sistema penal, porque antes de compreender quais os mecanismos que pautam a aplicação e execução da pena, é preciso entender *porque* e, principalmente, *se* ela deve existir em qualquer modelo semelhante ao atual.

O abismo existente entre o discurso da pena e a realidade social fomentou a crise de legitimidade que paira sobre o sistema penal e gerou um movimento de construções e reconstruções teóricas que buscam compreender e apresentar novas propostas para manter o poder de punir e a sanção penal a partir de bases democráticas que assegurem direitos fundamentais. Nesse movimento, boa parte dessas retomadas teóricas partem do mesmo

fundamento para o poder de punir, o contratualismo, segundo o qual os indivíduos consensualmente optaram por conviver e obedecer às regras de um pacto social restrito de liberdades em troca de segurança.

Para compreender o porquê da polêmica em torno da (i)legitimidade do arranjo penal, é preciso esclarecer como a historiografia criminológica se compôs, em sua maioria, de teorias que sustentaram o poder punitivo até os dias e nos modelos atuais. Por isso, o presente estudo parte da retomada de uma das mais conhecidas divisões das teorias legitimadoras da pena, divisão representada pelas teorias absolutas e relativas. Ocorre que, a despeito de qualquer modelo se utilize para justificar a pena e, assim, legitimar o poder de punir, este não conseguiu encontrar mecanismos ou normas que o contivessem.

Como todas essas construções foram criticadas por não adequar, no plano da operatividade real, seus pressupostos com aplicações satisfatórias, alguns autores construíram formulações mistas, com mais de uma função para a pena. Em outras palavras, a possibilidade de modificar o discurso que legitima a pena faz com que, em qualquer situação concreta, a punição possa ser exercida pelo Estado. Assim, com o aumento do número de pessoas sob controle do sistema penal um grupo de doutrinadores, com maior visibilidade a partir da década de 1980, passou a defender a necessidade do direito penal ser reduzido ao mínimo possível. Setores mais radicais da criminologia, também amparados pelo minimalismo, passaram a defender que a sociedade se estrutura em torno de relações conflituosas, negando o fundamento contratualista.

No final da mesma década o jusfilósofo italiano Luigi Ferrajoli lança a obra *Direito e Razão* na qual apresenta, além de uma reconstrução histórica detalhada de diversos institutos penais, um modelo teórico, normativo, neocontratualista, neopositivista e neoutilitarista, que se insere no ideal liberal de direito penal e propõe a separação entre direito e moral. Tem como finalidade minimizar as violências da intervenção punitiva, pela redução do número de condutas tipificadas e pela diminuição das violências que o Estado imporá ao autor do crime ao longo de processo penal (ÁVILA, 2016, p. 547). O garantismo está amparado em dez axiomas, que trazem conteúdos penais e processuais penais para – conforme o grau de observância – criarem um sistema penal ideal, como respeito aos direitos fundamentais.

A inserção da teoria garantista no pensamento criminológico é algo variável, porque há quem defenda ser modelo próximo da criminologia crítica, mas há quem o coloque como teoria mista, legitimadora e racionalizadora do poder de punir. Ora, diante de tal quadro, surgiu o seguinte questionamento: se há uma crise de legitimidade no arranjo penal, que surge

de um poder punitivo expansivo, do superencarceramento e da seletividade do sistema penal, o garantismo pode ser usado como teoria eficaz para redução efetiva desse sistema?

Para desenvolver esse questionamento, o presente estudo parte das construções que justificam a existência legítima do sistema penal e, após essa primeira análise, é possível inserir o garantismo na historiografia das teorias da pena. Em um segundo momento são expostas as bases para a formulação garantista, passando por suas propostas de legitimação interna e externa, pelos poderes concedidos aos magistrados, pelas diretrizes que norteiam a interpretação das leis e pelos dez axiomas que, se observados integralmente, levariam ao exercício de um direito penal com todas as garantias asseguradas. Esses axiomas estão, neste trabalho, divididos entre os de direito penal e de processo penal. Finalmente, ainda sob a perspectiva de Ferrajoli, é apresentada sua teoria geral do garantismo, que defende uma sociedade observadora das normas estabelecidas segundo garantias positivadas na Constituição e reanalisadas constantemente pelos magistrados.

O estudo da fundamentação e das bases axiológicas do garantismo é essencial para compreender como, sobretudo na América Latina, essa teoria ganhou tamanha repercussão, compondo discursos que defendem a redução do sistema penal, mas também pautando a fala de setores que creem no aumento das tipificações e punições como solução para políticas de segurança. Sendo assim, a proposta do terceiro capítulo é explorar a relação existente entre a teoria do garantismo e a realidade do sistema penal e, ainda, estudar em que situações pode ocorrer a reversibilidade do discurso garantista.

A partir disso, o capítulo final se insere no exato momento em que os paradigmas tradicionais de justificação da pena e do sistema penal buscam novas perspectivas para inevitavelmente aproximar o campo ideológico da realidade. São apresentadas teorias fundadas no conceito de conflito, segundo o qual o surgimento da sociedade de forma organizada não foi pactuada entre seus integrantes, o que implicaria afirmar que a pessoa que sofre a pena a teria aceito e, até mesmo, desejado cumpri-la para o bem da sociedade. Algumas teorias, como a agnóstica, defendem o viés político da punição, mas entendem que a pena é uma realidade que não será extinta da construção social. O movimento abolicionista, que também defende a ilegitimidade do poder punitivo, propõe um novo e ousado passo: a extinção do sistema penal nos modelos atuais, a começar pela linguagem punitivista amplamente empregada pela mídia e pela sociedade.

Portanto, a problematização deste estudo parte da constatação da falência do sistema penal e das possíveis respostas apresentadas pela doutrina para explicar como um modelo de

punição tão deformado se mantém não só ativo, mas expansivo e apoiado pela sociedade. Objetiva-se, ademais, contribuir para a formação do saber jurídico e criminológico, para nutrir tanto a academia quanto o poder que norteia políticas criminais. Por isso, parte-se do referencial do saber jurídico-penal, propondo a aproximação, mas não a confusão, entre o saber dogmático penal e a criminologia crítica, para chamar a atenção dos operadores do direito para a necessidade de conhecer e ponderar as implicações práticas de suas decisões e para o perigo de dividir a teoria e a prática em dois segmentos estanques, adaptando quaisquer pressupostos teóricos à problemática expressão do sistema penal.

5. CONCLUSÃO

1. As teorias da pena retributivas, preventivas e até mesmo as unificadoras não conseguiram solucionar a crise de legitimidade do sistema penal, porque nenhuma delas consegue explicar de maneira minimamente satisfatória quais as finalidades deverão ser atingidas com a execução das punições.
2. Sob a perspectiva da crise, as teorias da pena foram divididas em três espécies. As primeiras negam ou sequer mencionam as dificuldades do sistema penal e partem do pressuposto de que a punição é legítima. A categoria intermediária, composta por doutrinas mistas e pelo garantismo penal, reconhece que o sistema punitivo é aflitivo e possui distorções conjunturais, mas acredita na viabilidade de relegitimação. A terceira categoria, analisada no capítulo anterior, é composta por correntes que reconhecem a crise e, também, a ilegitimidade do sistema.
3. As mais variadas propostas justificadoras da pena não conseguiram proteger os cidadãos dos desvios punitivos e as críticas se avolumaram quando esses modelos foram confrontados com os resultados do exercício efetivo do aparato penal. Até mesmo a incorporação de direitos e garantias aos textos constitucionais não impediu que orientações utilitaristas, pragmáticas e efficientistas ganhassem espaço no saber criminológico, dogmático e na opinião pública.
4. Com a desconformidade entre teoria e prática criminais, doutrinadores latino-americanos passaram a conviver com a dura tarefa de (re)construir hipóteses que justificassem ou ao menos clarificassem como a situação carcerária e os níveis de violência nas periferias expressaram sintomas tão assustadores. É complexa a tarefa de captar como discursos tão frágeis, facilmente criticáveis, como os justificadores da pena pautaram (e pautam) as ciências criminais.
5. Para combater práticas punitivistas e violadoras de direitos fundamentais e, para fazer frente ao viés inquisitivo das rotinas judiciais e administrativas, o garantismo penal surge com viés crítico e propõe a contenção de violências através de uma técnica constitucional. Para isso, propõe a minimização do sistema penal, através da (i) redução das condutas tipificadas; (ii) minoração da quantidade de penas cominadas; (iii) extinção da prisão provisória; (iv) atenuação da violência privada existente na sociedade, como reflexo da aplicação da punição pelo Estado; (v) diminuição da imposição de dor pela regulação do *quantum* e do modo de execução da pena para, necessariamente, causar violência menor que a causada pelo delito.

6. A criação de leis penais justas e o proferimento de decisões conforme os valores positivados nas constituições – fiscalizados pelos juízes através do controle de constitucionalidade – faria com que a aplicação da pena fosse uma segurança para o criminoso, porque ele não sofreria com a vingança da vítima, da família desta ou da sociedade. Além disso, a mensuração da pena só poderia ocorrer em consonância com a culpabilidade dele. Esse modelo, embasado no utilitarismo reformado, também asseguraria o máximo de felicidade para as pessoas que não cometem crimes, pois seriam resguardados pela finalidade da pena de intimidação das condutas criminosas, prevenção geral negativa.

7. Para atingir tais propósitos, o sistema penal deveria observar ao máximo os dez axiomas que norteiam a teoria garantista: retributividade, legalidade, ofensividade, materialidade, culpabilidade, jurisdicionalidade, separação entre juiz e acusação, ônus da prova e contraditório.

8. O garantismo penal é uma formulação atenta à crise de legitimidade e às distorções da realidade concreta do sistema penal. Ainda assim, parte do pressuposto metodológico da separação entre *ser* e *dever ser*, conforme descrito na Lei de Hume. Por isso, compreendendo as bases axiológicas do garantismo, foi possível aproximá-las das práticas penais e repensar o posicionamento do garantismo penal como mecanismo efetivamente compressor do modelo penal. Com a proposta de criar um modelo normativo para o Estado Democrático de Direito, a formulação de Ferrajoli sugere que o garantismo tenha três significados: um modelo normativo, que busca reduzir as violências e potencializar liberdades; uma teoria jurídica que delimita bem a separação entre validade e efetividade das normas e; uma filosofia político-utilitarista que cobra do Estado uma justificação exclusivamente externa.

9. Ocorre que, a despeito da racionalidade e da imprescindibilidade da teoria garantista para a formação do pensamento criminológico, as ferramentas teóricas propostas por Ferrajoli não apresentaram efeitos positivos sobre o sistema penal, que continuou se expandindo em número de pessoas controladas e em quantidade de dor infligida sob sua ordenação.

10. Partindo do mesmo fundamento contratualista das teorias absolutas e relativas, o garantismo reformulou bases axiológicas para perpetuar a expressão do poder punitivo o que significou, na prática, manter hígdas as estruturas de expressão e de distorção do poder punitivo. Nesse sentido, as contribuições do garantismo para a prática penal, embora imprescindíveis para evolução da criminologia, terminam antes de produzir resultados efetivos.

11. Enquanto as teorias consensualistas entendem que o exercício da punição pelo Estado é um direito, concedido pelos pactuantes do contrato social em troca de segurança, para as

teorias do conflito a sociedade não se firmou sobre um acordo, mas sobre relações se desenvolvem a partir do conflito de classes da estrutura econômica e jurídica que controlam a sociedade. Com a modificação da metodologia de análise, a criminologia crítica amparou-se na teoria do conflito de classes marxista e na teoria da interação social do *labelling approach* para compreender as relações entre a estrutura econômica de produção e o controle penal, além dos processos subjetivos sociais relacionados ao crime.

12. A partir da premissa de que não há um direito, mas sim o exercício de poder no ato estatal de punir, evidenciou-se um poder que tende ao arbítrio e à expansão. O poder de punir aumenta os níveis de controle sobre as pessoas dentro e fora das prisões, a quantidade presos, os cumpridos de penas alternativas, a quantidade de tipos penais e a imposição de dor sobre as pessoas selecionadas pelo sistema penal.

13. Com o pretenso objetivo de proteger a sociedade contra uma classe de pessoas perigosas são veiculados na grande mídia discursos de ódio e de instigação à violência. As distorções construídas em torno do fenômeno criminal não parecem ser, contudo, acidentais. Por isso, analisou-se como não é acidental o fato de grupos desprivilegiados serem constantemente retratados como criminosos, enquanto as classes mais altas são as vítimas.

14. A construção de um discurso que se adeque às necessidades punitivista e, ainda, segregue e controle um grupo bem determinado de pessoas não depende de poucos fatores. Entretanto, a possibilidade de construir novos ou retomar antigos modelos legitimadores do aparato repressivo-estatal faz com que muitas das distorções do sistema penal sejam encobertas sob a pretensa necessidade de segurança constante.

15. O garantismo penal é inserido nesse jogo argumentativo e, estranhamente, é uma hipótese que começou a aparecer na fala de atores que ocupam posições bastante distintas dentro do jogo de forças penais. De abolicionistas a sociodefensivistas incorporaram alguns aspectos do garantismo para justificar suas posições. Contudo, nota-se que a apropriação desse modelo é feito sem a efetiva correspondência com seus postulados ou com a proposta feita por Ferrajoli.

16. Independentemente do discurso adotado, percebe-se que com a realidade operacional dos modelos penais latino-americanos nunca poderá se adequar à planificação de um discurso jurídico-penal. Por isso, ao tentar recriar um arcabouço teórico para criticar os desvios do modelo penal, o garantismo acabou deixando brechas que permitiram sua incorporação por teorias com fins menos nobres que a redução de violências. Ao fim e ao cabo, no plano instrumental, o garantismo pouco produz de emancipação, seja porque suas premissas

relegitima um sistema que tende a abusos, seja porque suas premissas são oportunisticamente apropriadas por discursos da pena que não defendem os mesmos fins garantistas.

17. Diante do quadro de crise apresentado e da problemática relação do garantismo penal com a expressão criminal, para ampliar a análise da inserção do garantismo penal no pensamento criminológico, passou-se ao estudo de teorias que não reconhecem a legitimidade do sistema e, portanto, partem de fundamentos diversos. Sem a pretensão de esgotar a exposição dessas teorias, foram apresentadas as teorias marxistas e agnóstica, além do movimento abolicionista.

18. Se existe um papel que a academia pode exercer em relação à prática penal violenta e seletiva, exposta em suas distorções por dados empíricos, esse papel é de constante questionamento das categorizações maniqueístas e imprecisas, mesmo quando apresentadas com imprescindíveis para construção social. Por isso, a busca constante pela compreensão de quais são as práticas institucionais e as teorias produzidas sustentá-las é uma ferramenta poderosa de capacitação dos profissionais do direito, dos meios de comunicação e da sociedade para se armar contra consequências massacrantes do aparato punitivo.

19. Em uma cultura permeada pelo pânico, em que a busca pela segurança justifica qualquer tipo de operação do sistema penal, a expressão do poder de punir releva a política de hiperencarceramento e a violência institucionalizada dentro e fora das prisões, ambas consideradas necessárias para o sucesso da questão criminal. Com uma gama de teorias que objetivam, por diferentes vieses, dar finalidades diferentes para a pena, o desafio inicia-se ao desnaturalizar a punição, ao questionar se ela é mesmo necessária e, principalmente, se ela deve ser processada nos moldes atuais.

20. Após o estudo dos fundamentos e dos axiomas que sustentam o garantismo penal, a utilização dessa teoria pela academia, pelo Poder Judiciário e pela sociedade, revela o descompasso entre a formulação teórica e o *ser* penal. Em outras palavras, o discurso penal de redução de violências intermediado por um sistema normativo que empodera sobremaneira a atuação dos magistrados desconsidera os autoritarismos diuturnos do sistema penal e dá a ilusória sensação de que, se aplicados os axiomas garantistas, a sociedade conseguiria retomar ao seu *status* de um todo harmônico.

21. Portanto, o garantismo só cabe no pensamento criminológico crítico como discurso de resistência às práticas autoritárias do sistema penal. Adotá-lo como possível modelo emancipador ou eficaz para redução de violências seria perpetuar a encenação de rituais democráticos, fantasiando o poder punitivo como pacificador social.

6. BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Pedro Vieira; BATISTA, Vera Malaguti (Orgs.). **Depois do Grande Encarceramento**. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia / Revan, 2010.
- ACOSTA, Juan Oberto. ¿El derecho penal garantista en retirada?. **Revista de Estudos Criminais**, Porto Alegre, v. 8, n. 29, p. 11-42, abr./jun. 2008.
- AGAMBEM, Giorgio. **Estado de exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALMEIDA, Débora de Souza de. A teoria do garantismo penal em questão: o olhar anti-inquisitorial da axiologia de Luigi Ferrajoli. **Revista Bonijuris**, Curitiba, v. 23, n. 569, p. 28-35., abr. 2011.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.
- _____. Minimalismos e Abolicionismos: a crise do sistema penal entre a deslegitimação e a expansão. **Revista da ESMESC**, v. 13, n.19, p. 459 – 488, 2006.
- _____. **Pelas Mãos da Criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão**. Rio de Janeiro: Revan, 2014.
- ANGOTTI, Bruna. Breves notas sobre o abolicionismo penal. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, ano 17, n. 80, p. 247-279, 2009.
- ANISTIA INTERNACIONAL. INFORME 2014/15. **O Estado dos Direitos Humanos no Mundo**. Disponível em < <https://anistia.org.br/direitos-humanos/informes-anuais/o-estado-dos-direitos-humanos-mundo-20142015/>>. Acesso em 26 fev. 2015.
- ANITUA, Gabriel Ignacio. **Histórias dos Pensamentos Criminológicos**. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2008.
- ÁVILA, Gustavo Noronha. O Debate entre Luigi Ferrajoli e os Abolicionistas: entre a sedução pelo discurso do medo e as práticas libertárias. **Revista Jurídica Cesumar**. v. 16, n. 2, mai/ago 2016, p. 543-561.
- BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal**. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

_____. Defesa dos direitos humanos e política criminal. **Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 57-69, 1997.

BARRETO, TOBIAS. **Estudos de Direito Penal**. Brasília: Senado Federal / Conselho Editorial, 2004. Disponível em <<https://archive.org/stream/TobiasBarretoObrasCompletas06EstudosDeDireitoVol.1/Tobias%20Barreto%20-%20Estudos%20de%20Direito#page/n3/mode/2up>>. Acesso em 12 dez. 2016.

BATISTA, Nilo. **Introdução Crítica ao Direito Brasileiro**. 11^a ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

BATISTA, Vera Malaguti, **Introdução à Criminologia Brasileira**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BECHARA, Ana Elisa Liberatore Silva. **Bem Jurídico-Penal**. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

BITECOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal. Parte Geral I**. 14^a ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIZZOTO, Alexandre. **A Inversão Ideológica do Discurso Garantista**: subversão da finalidade das normas constitucionais de conteúdo limitativo para ampliação do sistema penal. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009.

BRASIL. DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen**. 2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/documentos/infopen_dez14.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2795-6. Brasília, 08 de maio de 2003. **Diário Oficial de União**. Brasília. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=387203>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus nº 115.254. Brasília, 26 fev. 2016. **Diário Oficial da União**. Brasília. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4305132>>. Acesso em: 09 jan. 2017.

CACICEDO, Patrick Lemos. **Pena e Funcionalismo Sistêmico: uma análise crítica da prevenção geral positiva**. 2014. 179 fls. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014. [Orientadora Prof.^a Associada Ana Elisa Liberatore Silva Bechara].

CADEMARTORI, Sérgio; XAVIER, Marcelo Coral. Apontamentos iniciais acerca do garantismo. **Revista de Estudos Criminais**, Porto Alegre, n. 1, p. 19-25, 2001.

CALDEIRA, Teresa Pires. **Cidade de muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/ Edusp, 2000.

CARVALHO, Salo de. A hipótese da violência no discurso da modernidade penal. In: BORGES, Paulo César Corrêa. **Leituras de um realismo jurídico-penal marginal: homenagem a Alessandro Baratta**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 165-172.

_____. **Antimanual de criminologia**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

_____. As permanências autoritárias no sistema punitivo brasileiro e a práxis de resistência da criminologia crítica. **Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais**. Ano 22, n° 262, p. 12-14. 2014.

_____. Criminologia Crítica: dimensões, significados e perspectivas atuais. **Revista Brasileira de Ciências Criminas**. São Paulo, ano 21. v. 104, out-set/2013.

_____. Criminología, garantismo y teoría crítica de los derechos humanos: ensayo sobre el ejercicio de los poderes punitivos. **Revista de Derechos Humanos y Estudios Sociales**. Año 1, n. 1, Enero-Junio, 2009.

_____. **Penas e medidas de segurança no Direito Penal Brasileiro: fundamentação e aplicação judicial**. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. Sobre as Possibilidades de uma Penologia Crítica: Provocações Criminológicas às Teorias da Pena na Era do Grande Encarceramento. **Revista Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p.143-164, 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/issue/view/2184>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

CASARA, Rubens R.R. **Mitologia processual penal: o imaginário autoritário brasileiro à atuação dos atores jurídicos**. Rio de Janeiro: Mineo, 2011.

CASTRO, Lola Aniyar de. **Criminologia da Libertação**. 1^a ed., Rio de Janeiro: Revan, 2005.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. É possível ter-se o abolicionismo como meta, admitindo-se o garantismo como estratégia. **Revista de Estudos Criminais**, Porto Alegre, v. 2, n. 5, p. 125-154, 2002.

CHIRSTIE, Nils. **Los Limites del Dolor**. México: Fondo de Cultura Económica, 1988. Disponível em <
<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbXjcmItaW5vbG9naWFibmNpZW5jaWFzGd4OjQyNDIyNjk5ZTVhNGE0MGI>>. Acesso em 28 nov. 2016.

CHRISTIE, Nils. Civilização e estado. In: SILVA, Roberto Baptista Dias da; PASSETTI, Edson. **Conversações abolicionistas**. v. 4. São Paulo: IBCCRIM / PEPG de Ciências Sociais da PUC-SP, 1997. p. 241-257. (Monografias / IBCCRIM, 4).

_____. Las imagenes del hombre en el derecho penal moderno. In HULSMAN, Louk.; et. al. **Abolicionismo Penal**. Tradução de Mariano Alberto Ciafardini, Mirta Lilián Bondanza. Buenos Aires: EDIAR, 1989, p. 127-140.

CIAFARDINI, Mariano; ALAGIA, Alejandro. Prologo. In HULSMAN, Louk.; et. al. **Abolicionismo Penal**. Tradução de Mariano Alberto Ciafardini, Mirta Lilián Bondanza. Buenos Aires: EDIAR, 1989, p. 7-11.

CODINO, Rodrigo. ¿Las muertes violentas tienen color? **Página 12**. Notícia de 4 de outubro de 2016. Disponível em < <http://m.pagina12.com.ar/diario/sociedad/3-310915-2016-10-04.html>>. Acesso em 05 jan. 2017.

COSTA, Helena Regina Lobo. **A dignidade humana: teorias da prevenção geral positiva**. São Paulo: RT, 2008.

CREUS, Carlos. Garantismo vs. funcionalismo? **Nueva Doctrina Penal**, Buenos Aires, 1997, p. 609-623.

D'AVILA, Fabio Roberto (org.). **Direito Penal e Política Criminal no Terceiro Milênio: perspectivas e tendências**. Porto Alegre: ediPUCRS, 2011. Disponível em <
<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/direitopenal.pdf>>. Acesso em 08 dez. 2016.

DEL OLMO, Rosa. **A América Latina e sua criminologia**. Tradução de Francisco Eduardo Pizzolante, Silvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

DELEUZE, Gilles. **Post-Scriptum: sobre as sociedades de controle**. In: Conversações. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

DIVAN, Gabriel Antinolfi. Estado de Direito e Sistemas de Justiça Criminal no Brasil: rápidos apontamentos sobre o garantismo penal colocado em xeque. **Reflexões contemporâneas sobre direitos humanos**. Álvaro Sanchez Bravo, Jacson Roberto Cervi (org). Santo Ângelo: FuRI, 2016, p. 115-128.

DORES, Antonio Pedro. Lutas práticas e epistemológicas pelo abolicionismo. **Revista Crítica Penal y Poder: Observatorio del Sistema Penal y los Derechos Humanos**, Barcelona, v. 9, 2015, p.217-235. Disponível em: <<http://revistes.ub.edu/index.php/CriticaPenalPoder/article/view/12003>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

FELDENS, Luciano. Aproximações teóricas sobre o garantismo jurídico. In **Criminologia e sistemas jurídico-penais contemporâneos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010, p. 258- 272.

FERRAJOLI, Luigi. A pena em uma sociedade democrática. **Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade**, ano 7, n. 12. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

_____. **Derecho y Razón: teoria del garantismo penal**. Madrid: Editorial Trotta, 1995.

_____. **Derechos y garantías**. Tradução de Perfecto Andrés Ibáñez e Andre Greppi. 2ª ed. Madrid: Editorial Trotta, 2001.

_____. **Direito e Razão: teoria do garantismo penal**. Tradução de Ana Paula Zomer et. al. 2ª. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

_____. Garantismo e direito penal. **Julgar**, Lisboa, nº especial, set./dez. 2008. p. 51-64.

_____. **Garantismo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2012.

_____. **Garantismo**. Tradução de Andrea Greppi. Madrid: Editorial Trotta, 2006.

_____. **Los Fundamentos de los Derechos Fundamentales**. 3ª ed. Madrid: Editorial Trotta. 2007.

_____. **O direito como sistema de garantias**. OLIVERIA JÚNIOR, José Alcebíades de (Org.). *O novo em direito e política*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

FISCHER, Douglas. **O que é garantismo penal (integral)?** In. *Garantismo penal integral: questões penais e processuais, criminalidade moderna e a aplicação do modelo garantista no Brasil*. Org. Bruno Calabrich, Douglas Fischer, Eduardo Perella. Salvador: Juspodivm. 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 39ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2011.

GASCÓN ABELLÁN, Marina. La Teoría General del Garantismo a Propósito de la Obra de L. Ferrajoli “Derecho y Razón”. **Anuario del Departamento de Derecho de la Universidad Iberoamericana**, n. 31, 2001, p. 195-213. Disponível em < <https://revistas-colaboracion.juridicas.unam.mx/index.php/juridica/article/view/11439/10484> >. Acesso em 05 jan. 2017.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

HASSEMER, Winfried. Punir no Estado de Direito. In: GRECO, Luís; MARTINS, Antonio (Org.). **Direito Penal como crítica da Pena**: Estudos em homenagem a Juarez Tavares por seu 70º Aniversário em 2 de setembro de 2012. São Paulo: Marcial Pons, 2012. p. 333-344.

HEGEL, Gerog Wilhelm Friedrich. **Princípios da filosofia do direito**. Tradução de Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HERNANDEZ, Héctor H. **El Garantismo Abolicionista**. Buenos Aires: Marcial Pons, 2013.

HULSMAN, Louk. CELIS, Jaqueline Bernat de. **Penas Perdidas: o sistema penal em questão**. Tradução de Maria Lúcia Karan. Niterói: Luam, 1993.

_____. Temas e Conceitos numa Abordagem Abolicionista da Justiça Criminal. In PASSETTI, Edson SILVA, Roberto B. Dias da. (Orgs.) **Conversações Abolicionistas**: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva. São Paulo: IBCCrim, 1997.

INFOPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Disponível em <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/infopen_dez14.pdf>. Acesso em 12 dez. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Séries Históricas e Estatísticas**. Disponível em <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&no=1>. Acesso em 15 out. 2016.

INTERNATIONAL CENTER FOR PRISON STUDIES. **World Prison Brief**. Disponível em <<http://www.prisonstudies.org/>>. Acesso em 28 nov. 2015.

IPPOLITO, Dario. O garantismo de Luigi Ferrajoli. In **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**. Unisinos. v. 3, n.1, jan-jun 2011. p. 34-41.

JAKOBS, Günter. **Direito penal do inimigo**. Eugênio Pacelli de Oliveira (org.). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

_____. **Derecho penal: parte general. Fundamentos y teoría de la imputación.** Tradução de Joaquín Cuello Contreras e José Luis Serrano Gonzalez de Murillo. 2ª. ed. Madrid: Marcial Pons, 2003.

_____; CANCIO MELIÁ, Manuel. Sobre la teoría de la pena. **Revista del Poder Judicial**, Madrid, n. 47, p. 145-163, 1997.

KANT, Immanuel. **A metafísica dos costumes.** Tradução de Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2003.

KARAM, Maria Lúcia. A esquerda punitiva. **Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 79-92, 1996.

_____. Recuperar o Desejo da Liberdade e Conter o Poder Punitivo. **Escritos sobre a liberdade**. v. 1. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

LARRAURI PIJOAN, Elena. Criminología crítica: abolicionismo y garantismo. **Ciencias Penales: Revista de la Asociación de Ciencias Penales de Costa Rica**, San José, v. 12, n. 17, San Jose. 2000, p. 7-27.

LOPES JÚNIOR, Aury. A instrumentalidade garantista do processo penal. **Revista Ibero-Americana de Ciências Penais**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, jan./abr. 2001, p. 11-33.

LOTIN, Elisandro. Uma “guerra de todos contra todos”. In **Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 2016.** Disponível em <
http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_site_18-11-2016-retificado.pdf>. Acesso em 24 dez. 2016.

MACHADO, M.; MACHADO, Maira Rocha. O Direito Penal é capaz de conter a violência? In: **Manual de Sociologia Jurídica**. Felipe Silva; J. Rodrigo Rodriguez. (Org.) v. 01, 1ª. Ed. São Paulo: 2013, p. 327-350.

MACHADO, Maira Rocha. A superpopulação prisional como obstáculo ao desenvolvimento sustentável. In: **Instrumentos Jurídicos Para a Implementação do Desenvolvimento**. Carina Costa de Oliveira e Rômulo Silveira da Rocha Sampaio (Orgs.), Rio de Janeiro: Edição FGV Direito Rio, 2012, p. 135-154.

_____. De dentro para fora e de fora para dentro: A prisão – no cinema – na sala de aula. **Sistema Penal & Violência**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, janeiro-junho 2014, p. 103-116.

MASTRODI, Josué; FURQUIM, Gabriel Martins. Pachukanis e o abolicionismo penal de Hulsman e Christie. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, 2014. p. 150-175.

MATANÇA EM PRESÍDIO DE MANAUS É UMA DAS MAIORES DESDE CARANDIRU. **G1**. Manaus, 02 jan. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/matanca-em-presidio-de-manaus-e-uma-das-maiores-desde-carandiru.ghtml>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

MATHIESEN, Thomas. La Política del Abolicionismo. In HULSMAN, Louk.; et. al. **Abolicionismo Penal**. Tradução de Mariano Alberto Ciafardini, Mrita Lilián Bondanza. Buenos Aires: EDIAR, 1989, p. 108-125.

MELOSSI, Dario. Ideología y derecho penal: el garantismo jurídico y la criminología crítica como nuevas ideologías subalternas?. **Pena y Estado: revista hispanolatinoamericana**, Buenos Aires, n. 1, set./dez. 1991, p. 57-66.

_____. PAVARINI, Massino. **Cárcere e Fábrica: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)**. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan. 2006.

MENDES, C. C. T.; SANTOS, Y. A. O.. A crise de legitimidade do saber jurídico-penal. In: **VI Seminário Interinstitucional de Mestrados em Direito da Uel**, Londrina-PR, 2015.

MINHOTO, Laurindo Dias. Foucault e o Ponto Cego na Análise da Guinada Punitiva Contemporânea. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 95, mai/ago. 2015, p. 298-311.

OLIVEIRA, Marcos Vinicius Amorim de. **Novas facetas dos grupos de justiceiros**. Disponível em <http://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/3212-Novas-facetras-dos-grupos-de-justiceiros>. Acesso em 17 nov. 2014.

OLIVEN, Ruben George. **Violência e Cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Eldstein de Pesquisas Sociais, 2010.

PASCHOAL, Janaína Conceição. **Ingerência Indevida: os crimes comissivos por omissão e o controle pela punição do não fazer**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed., 2011.

PASSETI, Edson. Ensaio sobre um abolicionismo penal. **Verve: Revista Semestral Autogestionária do Nu-Sol**. v. 9, 2006, p. 83-114.

_____. A atualidade do abolicionismo penal. In **Curso livre de abolicionismo penal**. . 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004. p. 31-45.

PASTANA, Debora Regina. Cultura do Medo e Democracia: um paradoxo brasileiro. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 10, n. 02, 2005, p. 183-198.

_____. Medo e Opinião Pública no Brasil Contemporâneo. **Estudos de Sociologia**, v. 22, n. 12, Araraquara, 2007, p. 91-116. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos/issue/view/145/showToc>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

_____. **Cultura do medo**: reflexões sobre violência criminal, controle social e cidadania no Brasil. São Paulo: IBCCRIM, 2003. 157 p. (Monografias, 27).

PEDRINHA, Roberta Duboc; FERNANDES, Marcia Adriana (Orgs.) **Escritos transdisciplinares de criminologia, direito e processo penal**: homenagem aos mestres Vera Malaguti e Nilo Batista. 1ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

PIRES, Álvaro. A racionalidade penal moderna, o público e os direitos humanos. **Revista Novos Estudos**. n. 68, mar. 2004, p. 39 - 60

PRADO, Geraldo; CASARA, Rubens Roberto Rebello. Eficientismo repressivo e garantismo penal: dois exemplos de ingenuidade na seara epistemológica. **Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade**, Rio de Janeiro, v. 17, 19/20, 2012, p. 67-74.

PRADO, Luis Régis. **Curso de Direito Penal Brasileiro: parte geral**. V. 1. 9ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

QUEIROZ, Paulo de Souza. A justificação do direito de punir na obra de Luigi Ferrajoli: algumas observações críticas. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 7, n. 27, jul./set, 1999, p. 143-148.

_____. **Curso de Direito Penal: parte geral**. 9ª ed. Salvador: Juspodivm, 2013.

RAUTER, Cristina. **Criminologia e subjetividade no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de criminologia/ Revan, 2003.

REIS, Washington Pereira da Silva dos; ARGUELLO, Katie Silene Cáceres. O Conceito de Sujeito Kantiano e sua Influência sobre o Fundamento Material da Culpabilidade e a Função Absoluta da Pena. **Direito Penal e Criminologia**, Florianópolis, p. 550-569, 2013. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=b252e54edce965ac>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Execução Penal: teoria crítica**. São Paulo: Saraiva, 2014.

ROSSATO, Luciano Alves. LEPORÉ, Parlo Eduardo. CUNHA, Rogério Sanches. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado Artigo por Artigo**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

ROXIN, Claus. **Problemas Fundamentais de Direito Penal**. Tradução de Ana Paula dos Santos Luís Natscheradetz. 3ª ed. Lisboa: Veja, 2004.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. 2.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SAFATLE, Vladimir. A diferença e a contradição: a crítica de Deleuze à dialética e as questões da dialética a Deleuze. In **Revista Discurso**. v. 46, n. 2., p. 123-160, 2016.

SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo. **Finalidades da pena: conceito material de delito e sistema penal integral**. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

SANCHES, Jesús-María Silva. **La expansión del derecho penal: aspectos de la política criminal em las sociedades postindustriales**. 2ª. ed. Madri: Civitas. 2001.

SÁNCHEZ RUBIO, David. Reversibilidade do direito: os direitos humanos na tensão entre o mercado, os seres humanos e a natureza. **Revista de Estudos Criminais**, Porto Alegre, v. 6, n. 22, p. 21-32., abr./jun. 2006.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **A criminologia radical**. Curitiba: Lumen Juris, 2007.

_____. O Discurso Criminológico. In: GRECO, Luís; MARTINS, Antonio (Org.). **Direito Penal como crítica da Pena: Estudos em homenagem a Juarez Tavares por seu 70º Aniversário em 2 de setembro de 2012**. São Paulo: Marcial Pons, 2012. p. 119-131.

SCHEERER, Sebastian. Hacia el Abolicionismo. In HULSMAN, Louk.; et. al. **Abolicionismo Penal**. Tradução de Mariano Alberto Ciafardini, Mrita Lilián Bondanza Buenos Aires: EDIAR, 1989, p. 15-34.

SENASP - SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (Brasil). Ministério da Justiça. **Pesquisa Nacional de Vitimização**. 2013. Disponível em: <http://nipp.ufsc.br/files/2016/07/Relatório-Pesquisa-Nacional-de-Vitimização-Senasp_final.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2016.

SHECAIRA, Sergio S. **Criminologia**. 4ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

_____. **Sistema de Garantias e o Direito Penal Juvenil**. 2ª ed. São Paulo: Thomson Reuters Revista dos Tribunais, 2014.

_____. Tolerância Zero. In **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, ano 17, n. 7, 2009, p. 261-280.

_____; CORREA JUNIOR, Alceu. **Teoria da pena: Finalidades, direito positivo, jurisprudência e outros estudos de ciência penal**. São Paulo: RT, 2002.

SHIMIZU, Bruno. **Criminologia Psicanalítica: O Mal Estar e a Sociedade Punitiva**. Lumen Juris Direito: Rio de Janeiro, 2016.

_____. Um panorama crítico sobre o pensamento criminológico no Brasil. In **Criminologia no Brasil**. Alvin August de Sá; Davi de Paiva Costa Tangerino; Sergio Salomão Shecaira (Orgs.). São Paulo: Elsevier, 2011.

SIANO, Adriana Kelmer. **O Conceito de Pulsão: do Grito de Eros ao Silêncio de Tântos**. 2003. Disponível em <http://sobrapjf.com.br/img/img_galery/pdf/91067OConceitodePulsao.pdf>. Acesso em 30 nov. 2016.

SILVA, Adrian Barbosa e. Teoria Agnóstica da Pena: Fundamentos Criminológicos para uma Teleologia Redutora desde a Margem. In: ÁVILA, Gustavo Noronha de; BRAGA, Rômulo Rhemo Palitot; RIBEIRO, Luiz Gustavo Gonçalves (Org.). **Criminologias e Política Criminal – I**. Florianópolis: CONPEDI, 2014, p. 500-529

SINGER, Helena. **Discursos Desconcertados: Linchamentos, punições e direitos humanos**. São Paulo: Humanitas FFLCH, 2003.

STEINET, Heiz. Mas alla del delito y de la pena. In HULSMAN, Louk.; et. al. **Abolicionismo Penal**. Tradução de Mariano Alberto Ciafardini, Mrita Lilián Bondanza. Buenos Aires: EDIAR, 1989, p. 35-56.

STRECK, Lenio. Juiz com fome ou que almoçou mal deve julgar nossas causas? Consultor Jurídico. 5 de junho de 2014. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2014-jun-05/juiz-fome-ou-almocou-mal-julgar-nossas-causas>>. Acesso em 21 nov. 2016.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **STF admite execução da pena após condenação em segunda instância**. 05 out. 2016. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=326754>>. Acesso em 28 dez. 2016.

TEIXEIRA, Alessandra. **Do Sujeito de Direito ao Estado de Exceção: o percurso contemporâneo do sistema penitenciário brasileiro**. 2007. Dissertação (Mestrado em

Sociologia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. [Orientador Prof. Dr. Sérgio Adorno].

TELLES, Vera da Silva. **A convivência entre crime e poder**. Le Monde Diplomatique, Brasil. jul. 2011. <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=958>>. Acesso em 08 nov. 2014.

THOMPSON, Augusto. **Quem são os criminosos? – O crime e o criminoso: entes políticos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1998.

TRINDADE, André Karam. **Raízes do Garantismo e o pensamento de Ferrajoli**. Disponível em < <http://www.conjur.com.br/2013-jun-08/diario-classe-raizes-garantismo-pensamento-luigi-ferrajoli>>. Acesso em mai/2014.

URIBE, Gustavo; VALENTE, Rubens. Pacote requeentado de Temer reduziria só 0,4% do deficit de vagas em prisões. **Folha de São Paulo**. 06 jan. 2017. Disponível em: <<http://folha.com/no1847463>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

VALENTE, Rubens et al. Confronto mata 31 presos em RR; essa é a 2ª maior matança após o Carandiru. **Folha de São Paulo**. 06 jan. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1847511-33-presos-sao-mortos-em-penitenciaria-de-roraima-diz-secretaria.shtml>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

VAY, Giancarlo Silknas. SILVA, Tédney Moreira da. A Escola Correcionalista e o Direito Protetor dos Criminosos. In **Cadernos de Ciências Penais** - reflexões sobre as escolas e os movimentos político-criminais. Alexis Couto de Brito; Gianpaolo Poggio Smanio; Humberto Barrionuevo Fabretti. (Org.). 1ª ed. São Paulo: Plêiade, 2012, p. 151-181.

WACQUANT. Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

YAROCHEWSKY, Leonardo Isaac. A influência da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann na teoria da pena. **Ciências Penais: Revista da Associação Brasileira de Professores de Ciências Penais**, São Paulo, v. 1, n. 0, jan./jun. 2004, p. 287-298,

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A Questão Criminal**. Tradução de Sérgio Lamarão. 1ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

_____. **O Inimigo no Direito Penal**. Tradução de. Sérgio Lamarão. 2ª ed. Rio de Janeiro, Revan, 2011.

_____. **Criminología: aproximacion desde un margem**. Santa Fé de Bogotá: Temis, 2008.

_____. **Em busca das penas perdidas.** Tradução de. Vania Romano Pedrosa, Amir Lopez da Conceição. 5. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

_____.; et. al. **Direito Penal Brasileiro I.** 4.^a ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ZANON JUNIOR, Orlando Luiz. Garantismo Jurídico: O esforço de Ferrajoli para o aperfeiçoamento do positivismo jurídico. **Revista da ESMESC.** v. 22, n. 28, 2015, p. 13-38.

ZOMER, Ana Paula (org.); STEFANINI, Lauren Paoletti (trad.). **Ensaio criminológicos.** v. 23. São Paulo: IBCCRIM - Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 2002.

_____. Participação Cidadã na Administração da Justiça. **Revista de Criminologia e Ciências Criminais Penitenciárias:** Conselho Penitenciário do Estado - Copen, São Paulo, v. 1, n. 1, ago. 2011. Disponível em: <http://www.sap.sp.gov.br/download_files/pdf_files/copen/edicao-01/10 - Artigo D.N. - Participacao cidadada na administracao da Justica - Conselho Penitenciario.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2017.

_____. Prevenção criminal : análise de políticas extra-penais. 2008. 312 p. (Doutorado em Direito). Universidade de São Paulo: São Paulo, 2008. [Orientador Sergio Salomão Shecaira].